

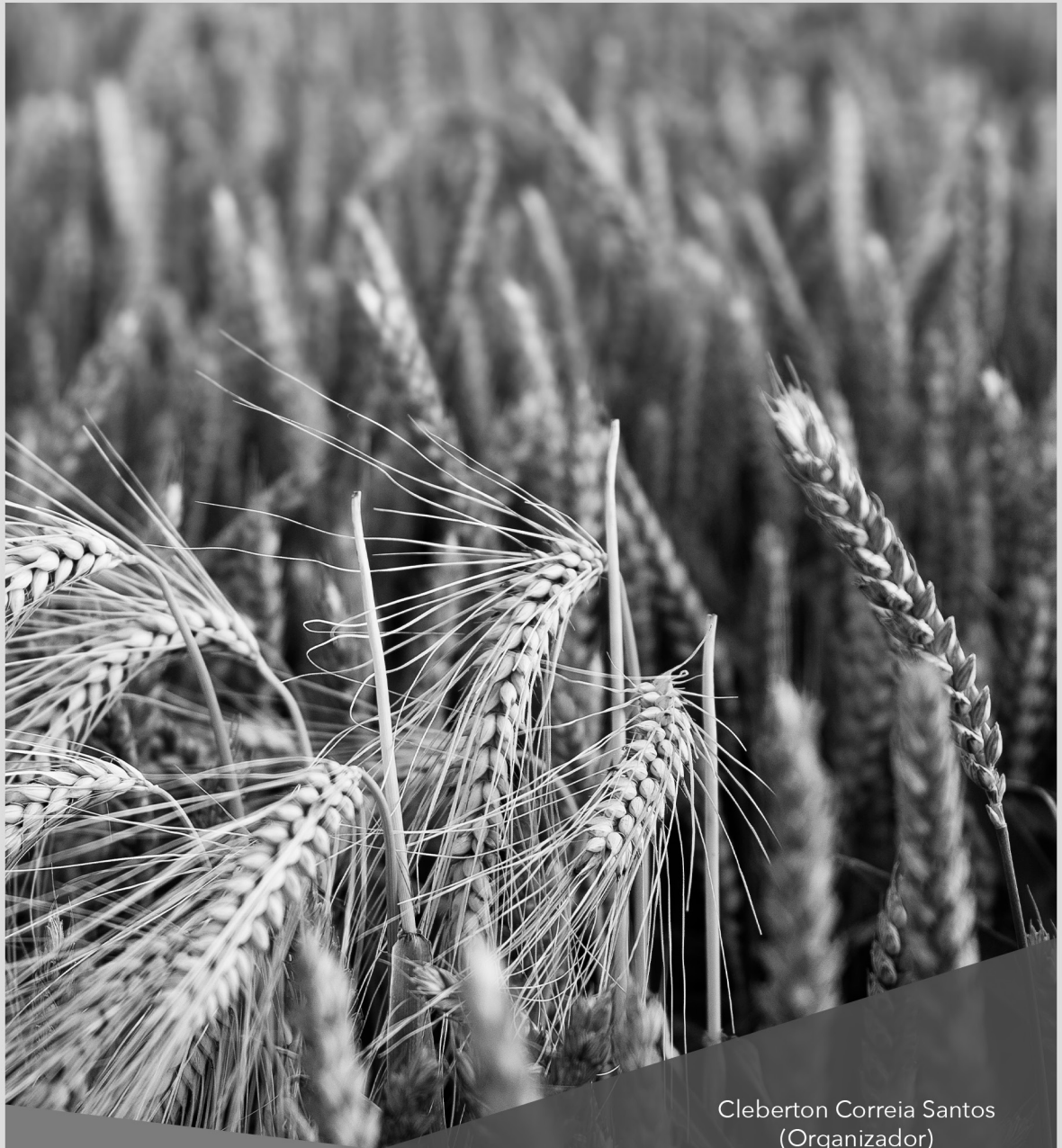


Cleberton Correia Santos
(Organizador)

Resultados Econômicos e de Sustentabilidade nos Sistemas nas Ciências Agrárias

 **Atena**
Editora

Ano 2020



Cleberton Correia Santos
(Organizador)

Resultados Econômicos e de Sustentabilidade nos Sistemas nas Ciências Agrárias

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Resultados econômicos e de sustentabilidade nos sistemas nas ciências agrárias

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Cleberton Correia Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R436 Resultados econômicos e de sustentabilidade nos sistemas nas ciências agrárias [recurso eletrônico] / Organizador Cleberton Correia Santos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-299-9

DOI 10.22533/at.ed.999202608

1. Agroecologia – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente – Pesquisa – Brasil. 3. Sustentabilidade. I. Santos, Cleberton Correia.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “**Resultados Econômicos e de Sustentabilidade nos Sistemas nas Ciências Agrárias**” de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 25 capítulos, estudos almejando a reflexão dos impactos no cenário econômico baseando-se nos sistemas de produção e suas óticas nas sustentabilidade, objetivando-se o manejo dos recursos naturais renováveis e qualidade de vida da população mundial.

As ciências agrárias abrange diversas áreas de conhecimento, tais como a Agronomia, Zootecnia, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Agronegócio, Medicina Veterinária, Sociologia, Economia e Administração Rural, entre outras. Ao longo dos anos tem-se intensificado a busca por sistemas de produção vegetal e animal de base sustentável, isto é, articulando a preocupação com o meio ambiente e os alicerces econômicos. No entanto, ainda existem alguns aspectos que devem ser elucidados, almejando o emponderamento das comunidades rurais e sua inserção no Agronegócio. O e-book apresenta discussões e reflexões dos diferentes setores agropecuários e suas contribuições na economia mundial, além de descrever práticas que contribuam no manejo sustentável dos sistemas nas ciências agrárias, e para a sociedade.

Aos autores, os agradecimentos do Organizador e da Atena Editora pela dedicação e empenho na elucidação de trabalhos que irão contribuir no fortalecimento econômico e dimensões socioambientais. Esperamos contribuir no processo de ensino-aprendizagem e diálogos da necessidade da preocupação socioambiental e seus impactos positivos na cadeia do agronegócio, além de incentivar agentes de desenvolvimento, isto é, alunos de graduação, de pós-graduação e pesquisadores, instituições públicas e privadas de assistência e extensão rural na execução de práticas que promovam o desenvolvimento rural.

Uma ótima reflexão e leitura sobre os paradigmas da sustentabilidade econômica rural!

Cleberton Correia Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A REGULAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL E A INFLUÊNCIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ZONA RURAL

Jailton César Padilha

DOI 10.22533/at.ed.9992026081

CAPÍTULO 2..... 13

POTENCIAL DAS FLORESTAS PLANTADAS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Aécio Dantas de Sousa Júnior

Fabiola Martins Delatorre

Gabriela Fontes Mayrinck Cupertino

Alfredo José dos Santos Junior

Ananias Francisco Dias Júnior

Alexandre Miguel do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.9992026082

CAPÍTULO 3..... 25

BANCO MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE: UM BALANÇO CRÍTICO DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO NO TERRITÓRIO ALTO OESTE

Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes

Clesio Marcelino de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.9992026083

CAPÍTULO 4..... 37

UNSATISFIED BASIC NEEDS OF PRODUCERS IN THE RURAL AREA OF THE URABÁ REGION, COLOMBIA

Joan Esteban Moreno Hernandez

Wilson Andres Arcila Sanchez

Luis Hernando Gonzalez Vellojin

DOI 10.22533/at.ed.9992026084

CAPÍTULO 5..... 47

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA ROTA DE TURISMO RURAL COMO ALTERNATIVA DE DIVERSIFICAÇÃO DA RENDA E REPRODUÇÃO SOCIAL EM CONCÓRDIA/SC

Flávio José Simioni

Carla Cristine Boscatto

Flávia Arcari da Silva

Roni Matheus Severis

Debora Nayar Hoff

DOI 10.22533/at.ed.9992026085

CAPÍTULO 6..... 63

AGRONEGÓCIO, RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E LIDERANÇA

Leandro Divino Miranda de Oliveira

Sérgio Mendes Dutra

Joyce Costa Henrique

DOI 10.22533/at.ed.9992026086

CAPÍTULO 7..... 73

REGIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA DO BRASIL: SUBSÍDIO PARA GESTÃO E PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO

Fernando Cesar Barros da Gama

DOI 10.22533/at.ed.9992026087

CAPÍTULO 8..... 90

INCOME DIVERSIFICATION IN THE ASSOCIATION OF COFFEE PRODUCERS AGROPASUNCHA, CUNDINAMARCA, COLOMBIA

Ángela Paola Rico

Angie Lizeth Gómez

Camilo González-Martínez

Daniel Acosta-Leal

DOI 10.22533/at.ed.9992026088

CAPÍTULO 9..... 102

EFEITO DE CIANAMIDA HIDROGENADA E EXTRATO DE ALHO NA QUEBRA DE DORMÊNCIA DE CULTIVARES DE NOGUEIRA PECÃ NO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Cláudio Keske

Josué Andreas Vieira

Marcos Franzão

Luis Henrique Pegoraro Padilha

Marcelo Foster

DOI 10.22533/at.ed.9992026089

CAPÍTULO 10..... 110

MELHORAMENTO GENÉTICO COMO ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE NA BOVINOCULTURA LEITEIRA

Renata Negri

Giovani Luis Feltes

DOI 10.22533/at.ed.99920260810

CAPÍTULO 11..... 120

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DO FLUIDO RUMINAL NA DETECÇÃO DE ALTERAÇÕES DO TRATO DIGESTÓRIO DOS RUMINANTES DOMÉSTICOS

Luiza Borba de Almeida Madruga

Caroline da Silva Leite

Isabela Gilena Lins dos Santos

Marcelo Weinstein Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.99920260811

CAPÍTULO 12..... 125

MEL TIPO EXPORTAÇÃO: ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA PARA INCENTIVAR PEQUENOS PRODUTORES VISTA COMO ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Jameson Serafim Cruz

Jailton César Padilha

Maísa Santos Joaquim

DOI 10.22533/at.ed.99920260812

CAPÍTULO 13..... 136

MODELOS DIDÁTICOS ÓSSEOS DE RESINA PARA O ENSINO DE ANATOMIA HUMANA

Dayana Maria Serafim da Silva Cunha

Ana Greice Borba Leite

Vitor Caiaffo Brito

DOI 10.22533/at.ed.99920260813

CAPÍTULO 14..... 143

PESO MÉDIO DE CARÇAÇAS SUÍNAS EM ABATEDOUROS SEGUNDO A CATEGORIA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA: UMA ANÁLISE EM ESTADOS DO CENTRO-SUL

Bernardo Souza Mello Viscardi

DOI 10.22533/at.ed.99920260814

CAPÍTULO 15..... 147

CHEMICAL PROFILES OF POLYPHENOLS IN AQUEOUS INFUSION OF YERBA MATE AND TEA MATE (*Ilex paraguariensis*) FROM ARGENTINA, BRAZIL AND URUGUAY

Victoria Panzl

Cecilia Trías

David Menchaca

Alejandra Rodríguez-Haralambides

DOI 10.22533/at.ed.99920260815

CAPÍTULO 16..... 157

ENSAYOS PRELIMINARES EN LA SÍNTESIS VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PLATA CON EXTRACTOS DE YERBA MATE (*Ilex paraguariensis*)

Mónica Mariela Covinich

Griselda Patricia Scipioni

David Leopoldo Brusilovsky

DOI 10.22533/at.ed.99920260816

CAPÍTULO 17..... 164

PRODUÇÃO E ANÁLISE FINANCEIRA DE JILÓ IRRIGADO SOB O PARCELAMENTO DA ADUBAÇÃO DE COBERTURA

Luís Sérgio Rodrigues Vale

Cássio da Silva Kran

Thâmara de Mendonça Guedes

Leandro Cardoso de Lima

Evaldo Alves dos Santos

Marta Jubielle Dias Felix

Débora Regina Marques Pereira

DOI 10.22533/at.ed.99920260817

CAPÍTULO 18..... 176

ETIOLOGIA, FISIOPATOGENIA E ASPECTOS CLÍNICOS DA ISOERITRÓLISE

NEONATAL FELINA: REVISÃO DE LITERATURA

Vanessa Maranhão Soares
Alane Bárbara Patriota Nogueira
Sinara Fernanda Souza da Silva
Tomás Guilherme Pereira da Silva
Júlio César dos Santos Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.99920260818

CAPÍTULO 19..... 181

APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE DIFERENTES CORANTES NATURAIS EM CÉLULAS SOLARES

Marcel Ricardo Nogueira de Oliveira
Julianno Pizzano Ayoub
Gideã Taques Tractz
Maico Taras da Cunha
Paulo Rogerio Pinto Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.99920260819

CAPÍTULO 20..... 189

USO DA BAGANA DE CARNAÚBA NO SEMIÁRIDO COMO COBERTURA VEGETAL NA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS IRRIGADAS

Alexsandro Oliveira da Silva
Antonio Vanklane Rodrigues de Almeida
Valsergio Barros da Silva
Jenyffer da Silva Gomes Santos
Anderson da Silva Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.99920260820

CAPÍTULO 21..... 201

UTILIZAÇÃO DA GONADOTROFINA CORIÔNICA EQUINA NA REPRODUÇÃO DE VACAS E ÉGUAS

Luiza Borba de Almeida Madruga
Caroline da Silva Leite
Isabela Gilena Lins dos Santos
Marcelo Weinstein Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.99920260821

CAPÍTULO 22..... 206

ANÁLISE DA ADAPTABILIDADE DE TRÊS CULTIVARES DE AMORA-PRETA EM SISTEMA AGROECOLÓGICO NO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Daniela Münch
Laiana Neri de Souza
Raul Sebastião Cota
Leonardo de Oliveira Neves
Flávia Queiroz de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.99920260822

CAPÍTULO 23.....	212
PRINCIPAIS DOENÇAS DIAGNOSTICADAS EM BOVINOS ABATIDOS SOB REGIME DE INSPEÇÃO FEDERAL NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2019 EM ALEGRETE - RS	
<ul style="list-style-type: none"> Vinicius Mazui Costa Amanda da Rosa Rosado Cristhian Grégory Ferreira Kaefer Betina de Matos Rocha Nátalli dos Santos Britto Sérgio Farias Vargas Júnior Adriana Lucke Stigger 	
DOI 10.22533/at.ed.99920260823	
CAPÍTULO 24.....	216
COMPORTAMENTO PRODUTIVO DE SELEÇÕES DE AMOREIRA-PRETA DESENVOLVIDAS PELA EMBRAPA CLIMA TEMPERADO AVALIADAS NO MEIO-OESTE CATARINENSE	
<ul style="list-style-type: none"> Cristiane de Lima Wesp André Luiz Kulkamp de Souza Keren Jemima Almeida Maciel Rafael Ermenegildo Contini Maria do Carmo Bassols Raseira 	
DOI 10.22533/at.ed.99920260824	
CAPÍTULO 25.....	221
CONTROLE POTENCIAL DE NEMATOIDE DE CISTO COM ESPÉCIES DE CROTALARIA NÃO ASSOCIADO à MONOCROTALINA	
<ul style="list-style-type: none"> Lisa Oki Expósito Gustavo Henrique Loiola Estela de Oliveira Nunes Ivani de Oliveira Negrão Lopes 	
DOI 10.22533/at.ed.99920260825	
SOBRE O ORGANIZADOR	231
ÍNDICE REMISSIVO	232

CAPÍTULO 1

A REGULAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL E A INFLUÊNCIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ZONA RURAL

Data de aceite: 01/08/2020

Data de submissão: 01/05/2020

Jailton César Padilha

Universidade de Brasília, FAV/GeAgro
Brasília – DF

<http://lattes.cnpq.br/2945424845385678>

RESUMO: Para este estudo foi adotada a pesquisa exploratória qualitativa, com investigação documental e bibliográfica. O objetivo geral é analisar os aspectos sobre a regulação das telecomunicações no Brasil. Logo, entre os objetivos específicos estão: identificar o impacto nas telecomunicações após a criação da agência reguladora e identificar as ações do governo sobre desenvolvimento, visando massificar o acesso pela população residente nas localidades mais afastadas. A temática surgiu diante das constantes modificações trazidas pela globalização e a evolução das gestões das organizações, as quais devem buscar cada vez mais a qualidade dos bens fornecidos e dos serviços prestados, para fazer frente às rápidas mudanças no cenário interno e externo. Assim, torna-se consenso promover o bem estar da população por meio de políticas públicas. A partir da formação do novo Estado brasileiro, a execução das atividades na esfera econômica de alguns setores ficou sob a responsabilidade da iniciativa privada, ensejando a livre concorrência dos mercados. Neste contexto, com a criação da Anatel o Brasil passou a atuar como regulador para corrigir as decorrentes falhas de mercado no setor das telecomunicações, com destaque à zona rural que apresenta importante papel

na economia nacional devido ao pujante celeiro instalado e que depende do desenvolvimento tecnológico e das telecomunicações.

PALAVRAS-CHAVE: Regulação, Telecomunicações, Políticas Públicas.

THE REGULATION OF TELECOMMUNICATIONS IN BRAZIL AND THE INFLUENCE IN THE CONTEXT OF PUBLIC POLICIES FOR THE RURAL AREA

ABSTRACT: For this study, qualitative exploratory research was adopted, with documentary and bibliographic study. The general objective is to analyze aspects of telecommunications regulation in Brazil. Therefore, among the specific objectives are to identify the impact on telecommunications after the creation of the Regulatory Agency and to identify the actions of the government about development, aiming to increase access by the population living in the most remote locations. The theme emerged in view of the constant changes brought about by globalization and the evolution of the organizations' management, which should increasingly seek the quality of the goods supplied and the services rendered, in order to cope with the rapid changes in the internal and external scenario. Thus, it becomes a consensus to promote the well-being of the population through public policies. Since the formation of the new Brazilian State, the execution of activities in the economic sphere of some sectors was under the responsibility of private initiative, leading to free competition of the markets. In this context, with the creation of ANATEL, the Brazil started to act as a regulator to correct the resulting market failures in the telecommunications sector, with emphasis on the rural area which plays an important role in the national economy due to the powerful granary

installed and that depends on technological development and telecommunications.

KEYWORDS: Regulation, Telecommunications, Public Policy.

1 | INTRODUÇÃO

Diante das constantes modificações trazidas pela globalização e a evolução das gestões nas organizações, estas devem buscar cada vez mais a qualidade dos bens fornecidos e dos serviços prestados, para fazer frente às rápidas mudanças no cenário interno e externo.

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988 o Estado passou a perseguir uma feição mais democrática e a partir da conformação dos recentes ambientes implementados pelas instituições, pelas normas impostas e pelo processo de concorrência, torna-se consenso promover o bem estar da população - os consumidores.

No intuito de participar coletivamente desta discussão, abordam-se neste trabalho aspectos sobre a regulação das telecomunicações no Brasil e a influência no contexto das Políticas Públicas para a zona rural.

Com a reforma do Estado brasileiro ocorrida na década de 1990, a execução das atividades na esfera econômica de alguns setores ficou a cargo da iniciativa privada, ensejando a livre concorrência dos mercados. Isso refletiu na criação das Agências Reguladoras encarregadas de fiscalizar as atividades consideradas de interesse público. Essa necessidade ocorreu devido à tentativa de corrigir as falhas de mercado, com o objetivo de melhorar o desenvolvimento econômico e social por meio do desenvolvimento de políticas públicas de variadas maneiras, por parte do novo Estado, o qual passou a atuar mesmo que indiretamente, como regulador.

Assim, observa-se que a concorrência é um processo que gera assimetrias de poder e pode apresentar resultados sob os aspectos positivos ou negativos. Por exemplo, o aumento da concentração pode não significar resultado líquido positivo, melhor qualidade do serviço ou redução de preços ao consumidor. Faz sentido também, a prevenção da concorrência ser tomada por essa agência, tendo em vista sua estruturação ser considerada de grande importância à população e ao Estado.

Desse modo, procura-se expor o objetivo geral, qual é analisar os aspectos sobre a regulação das telecomunicações no Brasil. Em seguida, também atua-se na busca pelos seguintes objetivos específicos: identificar o impacto nas telecomunicações após a criação da citada agência reguladora, os avanços já conquistados e os desafios já reconhecidos; e, identificar junto a ANATEL, as ações governamentais em desenvolvimento visando a massificação do acesso pela população residente nas localidades mais afastadas, com destaque à zona rural a qual apresenta importante papel na economia nacional devido ao pujante celeiro instalado e que depende do desenvolvimento tecnológico e das telecomunicações.

Afinal, as telecomunicações no Brasil estão atendendo na mesma proporção a área urbana e rural?

Diante deste contexto, considerada a relevância do assunto, tanto para alcançar a livre concorrência nos mercados perfeitos, quanto para evitar danos ao consumidor ou falhas de mercado, a pretensão deste trabalho é gerar reflexão por meio de discussão dos aspectos que permeiam o setor.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Regulação e concorrência

O autor Batalha (2009) aponta que a intervenção do Estado por meio da regulação, atua sobre alguns determinantes das decisões dos produtores. Essas decisões refletem um conjunto amplo de condicionantes, entre elas: a disponibilidade de recursos produtivos e financeiros, a inserção socioeconômica dos produtores, a localização geográfica, as oportunidades e a conjuntura econômica, as instituições e valores culturais, etc.

Para Mello (2001) a concorrência e a regulação são meios diferentes de buscar o mesmo objetivo - garantir condições de eficiência de mercados, visto que, mercados competitivos geram resultados positivos para a sociedade.

Segundo Belik, Paulillo e Vian (2012), a importância do modo de regulação está no fundamento de organização da sociedade e esse entendimento perante a superação dos conflitos, garantindo a estabilidade econômica e acúmulo de capital. Estes mesmos autores apontam que,

[...] nos tempos atuais, dadas as transformações do capitalismo globalizado com a fragmentação do Estado e a complexidade da sociedade civil, observa-se um processo de transição da regulação estatal para a autorregulação. [...] surgem com muita força esquemas cada vez mais abrangentes de governança setorial (BELIK; PAULILLO; VIAN, 2012, p. 12).

Logo, Mello (2013) descreve que a concorrência é um processo que gera assimetrias de poder ao mesmo tempo em que as intensifica. Ela afirma que a concorrência pode apresentar resultados, tanto sob os aspectos positivos (inovações, progresso técnico e material socialmente aproveitável) quanto sob os aspectos negativos (a busca contínua, por parte das empresas, de relaxamento das pressões competitivas a que estão submetidas).

De acordo com Moraes, *et al.* (2002), o art. 7º da Lei Geral de Telecomunicações – LGT (BRASIL, 1997) permitiu a aplicação complementar da Lei nº 8.884 - Lei de Defesa da Concorrência (BRASIL, 1994), alterada pela Lei nº 12.529, Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC (BRASIL, 2011), trazendo ao setor das telecomunicações a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para junto do órgão regulador, identificar a reprimir infrações e a concentração econômica.

De acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU, 2012), a Lei nº 12.529/2011, alterou não só a estrutura do Sistema Brasileiro da Concorrência (SBDC), como introduziu o Sistema de Análise Prévia dos atos de concentração em lugar da análise posterior à sua materialização que vigorou durante a vigência da Lei nº 8.884/1994, já revogada. Ambas as mudanças foram materializadas como forma de dotar o Estado de mecanismos mais

eficientes nas análises de mercado e combate às condutas perpetradas em face da livre concorrência.

Cabe destaque à Redação dada pela Emenda Constitucional - EC nº 8, de 15/08/95, a qual prescreve no inciso XI do art. 21, da Constituição Federal (CF/88), que compete à União “explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais (BRASIL, 1988)”.

Segundo Nunes (2007), com a alteração realizada por meio da citada EC 8/95, criou-se a abertura do espaço para a parceria com a iniciativa privada, tendo em vista a eliminação da exigência constitucional do controle estatal para a exploração dos serviços de telecomunicações.

2.2 Telecomunicações no Brasil

O processo de desenvolvimento na década de 1960, buscado pelo Estado brasileiro em setores estratégicos, correspondeu com uma profunda mudança institucional e organizacional, na qual foi retratado um salto tecnológico no setor das telecomunicações (PEREIRA FILHO, 2002). Entre os desafios daquela época podem ser citados que: nenhuma empresa cobria todo o território nacional, o país precisava adotar medidas para resolver as dificuldades e atender as demandas por telefones e novas tecnologias, a iniciativa privada não apresentava capacidade financeira para promover expansão e ligar o Brasil ao resto do mundo, entre outros. Além disso, “o Brasil encontrava-se entre as nações capitalistas com menor densidade telefônica, 1,4 /100 habitantes (PEREIRA FILHO, 2002, p. 35)”, e segundo ele, os países sul-americanos apresentavam melhores índices, tais como, o Chile (2,25/100), o Uruguai (5,01/100) e a Argentina (5,99/100).

Em 1963, o Congresso Nacional criou o Código Brasileiro de Telecomunicações (CTB), quando as telecomunicações passaram ao monopólio da União.

Em 1965, foi inaugurada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), como parte da implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações.

Em 1967, criou-se o Ministério das Comunicações, hoje Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e em 1972 a Telebrás (a *holding* do setor à qual a Embratel passava a vincular-se agora como subsidiária de economia mista. Na posição de *holding*, a Telebrás abarcou também as empresas estaduais - Teles, agora subsidiárias), incorporando-se a esta as companhias estaduais e a Embratel. Consolidou-se aí a centralização da política de telecomunicações nas mãos do Estado.

Após inúmeros projetos serem executados (entre outros, a instalação de redes, integração aos serviços internacionais via satélite e canais de TV, etc), em 1973 a Embratel cobriu todo o território nacional com o sistema de troncos, interligando todas as capitais brasileiras, além de inaugurar, nesse mesmo ano, o cabo submarino Brasil-Europa, via Ilhas Canárias.

Em 1980, o cabo submarino analógico ligou o Brasil aos EUA, sucedido pela ligação de Recife, também por cabo, à Dakar e Lisboa.

Pereira Filho (2002) destaca que o setor das telecomunicações foi um caso de

sucesso brasileiro até a crise econômica da década de 1980. A partir daí, segundo Fiori (1991), a economia e os serviços públicos sofreram uma acelerada degradação.

Mesmo assim, nos anos 90 a Embratel incorporou as mais avançadas tecnologias de telecomunicações por satélites, digitalização das redes e os avanços na área de transmissão de dados.

Nunes, *et al.* (2007) sustentam que no final do século XX o Estado perdeu, por diferentes motivos, a capacidade de investimento no setor de telecomunicações e a abertura à parceria com a iniciativa privada só foi possível a partir da mudança na CF/88, com a Emenda Constitucional nº 8/1995.

Então, o modelo monopolista estatal chegou ao fim com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Geral de Telecomunicações, Lei nº 9 472, de 16 de julho de 1997, a qual garantiu a criação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

A privatização do Sistema Telebrás, incluindo a Embratel, em 1998, segundo Pereira Filho (2002), teve como justificativa a alegação que a empresa atenderia o déficit de serviços em telecomunicações e a baixa qualidade operacional, devido às deficiências na gestão politizada do setor.

2.3 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

A Agência Nacional de Telecomunicações foi a primeira agência reguladora a ser criada no Brasil de acordo com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, conhecida como a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), a qual recebeu a função de órgão regulador das telecomunicações.

Segundo o art. 19 da LGT, compete à Anatel adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade.

Detalhes referentes à organização da Anatel foram regulamentados por meio do Decreto nº 2.338 (BRASIL, 1997), entre eles, gestão financeira, competências, Conselho Diretor, Conselho Consultivo, Ouvidoria, Procuradoria, Corregedoria, Comitês, Superintendências, cargos e funções, atividades e controle.

Nunes (2002) aponta que o Poder Executivo apresentou um cuidado maior com a formatação da Anatel, quando comparado às demais agências criadas naquela época, revelado pelo prazo mais longo para o encaminhamento do Projeto de Lei ao Congresso Nacional, haja vista, a criação da agência ao mesmo tempo em que reestruturava as telecomunicações no Brasil.

Recentemente, neste escopo de regulação versus desenvolvimento, o planejamento estratégico da Anatel aponta sua missão de “regular o setor de telecomunicações para contribuir com o desenvolvimento do Brasil (ANATEL, 2017, p. 2)”, cuja função se encontra prevista na LGT.

3 | OBJETIVOS

A elaboração deste estudo tem como objetivo geral analisar os aspectos sobre a regulação das telecomunicações no Brasil.

Para atingir o objetivo geral, também se atua na busca pelos seguintes objetivos específicos: (1) identificar o impacto nas telecomunicações após a criação da citada agência reguladora, os avanços já conquistados e os desafios já reconhecidos; e, (2) identificar junto a ANATEL, as ações governamentais em desenvolvimento visando a massificação do acesso pela população residente nas localidades mais afastadas, sobretudo na zona rural, a qual apresenta importante papel na economia nacional devido ao pujante celeiro instalado e que depende do desenvolvimento tecnológico e das telecomunicações.

4 | METODOLOGIA

Para buscar os objetivos propostos foi adotada a investigação documental e bibliográfica na coleta das informações e conhecimentos sobre o assunto exposto, assim como, por meio de dados eletrônicos disponíveis nos órgãos governamentais citados no decorrer do estudo.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da revisão elaborada são apontados alguns resultados mencionados acerca do novo desenho institucional para a Defesa da Concorrência no Brasil, formatado com a nova lei cujo objetivo prioriza minimizar os problemas no setor das telecomunicações.

Para Mocelin e Barcelos (2012) a expansão do mercado de telecomunicações no Brasil foi guiada por decisões políticas que convergiram com interesses privados, que beneficia todos os agentes sociais participantes: Estado, empresas e consumidores. Estes autores evidenciam que o mercado não funciona por regras próprias, mas depende de decisões políticas governamentais e da estrutura social em que se encontra. As empresas são influenciadas por fatores sociais, como a cultura, a política, a disputa entre empresas nesse contexto legal. Estas se fundamentam no desenvolvimento de soluções para os negócios e na criação de nichos de mercado.

Segundo a Revista Consultor Jurídico (2015), o relatório do CADE de maio de 2015, aponta que a nova Lei SBDC nº 12.529/2011, tornou a análise dos atos de concentração mais célere e eficiente. Após três anos a norma possibilitou ao órgão antitruste intensificar o combate a condutas anticompetitivas, em especial os cartéis.

Pedra (2013) descreve que a Lei nº 12.529/2011 mudou o SBDC, estabelecendo alterações nos processos tanto de análises de atos de concentração (função preventiva), quanto de investigação de condutas anticompetitivas (função repressiva).

Diante das afirmações de Guerra (2014), pode-se constatar que as privatizações e o modelo regulatório adotado no Brasil geraram grandes investimentos privados no setor, o que permitiu a ampliação do acesso às telecomunicações por parte dos cidadãos.

De acordo com a Pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br (2008), sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil, em 2007, apenas 17% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet. Já em 2010, respectivamente, 31% e 6% dos domicílios das áreas urbana e rural, acessavam a rede.

Guerra (2014) registra que o Brasil apresenta pouco atendimento a serviços de tecnologias nos municípios de baixa renda *per capita* e nas áreas rurais. O autor aponta ainda que os acessos por meio de telefonia fixa têm caído de forma significativa, bem como, 80% dos acessos de telefonia celular ainda são pré-pagos. Nos casos de TV por assinatura e banda larga, não havia acessos em 1998 e atualmente o crescimento é robusto, embora, a penetração seja ainda baixa em muitos locais em virtude essencialmente da estrutura da demanda.

Na tabela a seguir, pode-se constatar a variação de usuários dos diversos serviços disponíveis no Brasil, durante o período de 2007 a 2017.

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017
População (mil)	183.979,7	191.480,6	192.379,3	201.032,7	204.450,6	207.660,9
Linhas fixo total	87,2	112,5	148,2	157,1	147,5	133,6
Linhas fixo em uso	74,9	71,6	71,5	72,0	64,0	59,0
Celular em uso	63,6	90,6	123,9	136,5	126,9	113,9
Internet móvel	0,7	3,7	19,8	51,9	88,3	90,9
Internet fixo	4,5	21,5	28,3	35,6	37,4	41,4
TV por assinatura	1,9	12,9	21,2	28,9	28,0	25,9

TABELA 1. Percentual da população que utilizou serviços de telecomunicações no período de 2007 a 2017.

Fonte: Anatel, Relatório anual 2017, elaborado pelo autor.

Cabe destacar sobre estes dados que os valores são percentuais, por isso, muitos serviços podem ser contabilizados mais de uma vez para determinadas pessoas, por exemplo, os celulares em uso indicam mais de uma linha por habitante, porém, sabemos que há muitas pessoas que não o possuem enquanto outras possuem mais de uma linha em uso.

Como mostrado na tabela acima, o número de TV por assinatura, telefones fixos e celulares em uso têm diminuído desde 2013, enquanto o serviço de internet apresenta crescimento contínuo desde que foi instalado no Brasil. O serviço de internet com o uso de aparelhos móveis disparou no período pesquisado.

De acordo com Gomes (2017), os dados levantados pelo Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), estão relacionados à interiorização da banda larga móvel no período entre dez 2010 e ago 2015, tendo em vista do início ao final do período mencionado a quantidade de municípios

que contavam com este serviço, sair de 824 para 4.116.

A seguir, a Tabela 2. aponta dados segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual registra que em 2015 o número de acessos à internet no Brasil saltou para 58% dos brasileiros, no entanto, entre os domicílios na área urbana 64% possuíam acesso à rede enquanto na área rural apenas 21% utilizavam a internet.

Situação do domicílio e Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes					
	Valores absolutos (1000 domicílios)			Valores relativos (%)		
	Total	Existência de utilização da Internet no domicílio		Total (%)	Existência de utilização da Internet no domicílio	
		Havia	Não havia		Havia	Não havia
Brasil	68 037	39 295	28 742	100,0	57,8	42,2
Norte	5 095	2 296	2 799	100,0	45,1	54,9
Nordeste	17 837	7 988	9 848	100,0	44,8	55,2
Sudeste	29 473	19 452	10 021	100,0	66,0	34,0
Sul	10 417	6 382	4 035	100,0	61,3	38,7
Centro-Oeste	5 215	3 177	2 038	100,0	60,9	39,1
Urbana	58 298	37 232	21 066	100,0	63,9	36,1
Norte	3 852	2 141	1 711	100,0	55,6	44,4
Nordeste	13 256	7 261	5 994	100,0	54,8	45,2
Sudeste	27 553	18 872	8 681	100,0	68,5	31,5
Sul	8 968	5 910	3 058	100,0	65,9	34,1
Centro-Oeste	4 668	3 047	1 622	100,0	65,3	34,7
Rural	9 739	2 063	7 676	100,0	21,2	78,8
Norte	1 243	154	1 088	100,0	12,4	87,6
Nordeste	4 581	727	3 854	100,0	15,9	84,1
Sudeste	1 920	580	1 340	100,0	30,2	69,8
Sul	1 449	471	978	100,0	32,5	67,5
Centro-Oeste	547	130	416	100,0	23,9	76,1

TABELA 2. Domicílios particulares permanentes, por existência de utilização da Internet no domicílio, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - 2015

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Apesar do aumento mais significativo entre os anos de 2010 e 2015 ter ocorrido na área rural, ainda assim, os números representam apenas 1/5 da população total residente nessas localidades, quando comparados com a população urbana que registra 3/5 do total residente nas cidades.

Para Fagundes (2008), os fatores relevantes como níveis de preço e disponibilidade de infraestrutura estão diretamente relacionados às ofertas dos serviços de telecomunicações. Fatores como renda, desigualdade social, educação e geografia, são os mais relevantes para determinar o nível de penetração dos serviços de telecomunicações de valor mais elevado, como a banda larga e TV por assinatura.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2015), demonstra a

assimetria na qual as pessoas com 15 anos ou mais de idade residentes na área urbana e rural, recebem mensalmente salários médios nos valores de R\$ 1.441,00 e R\$ 729,00, respectivamente.

Embora essa assimetria de renda seja significativa, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações apurou que a infraestrutura (oferta) e o custo de internet na área rural influenciam por igual o desejo de acesso a este serviço, enquanto na área urbana, apesar da renda superior, o custo do serviço ainda tem maior influência na decisão das pessoas em contratar o serviço.

Sobre a importância da Internet na área rural, Gomes (2017) relaciona os seguintes fatores: (1) expansão das possibilidades de venda para detentores de agronegócio; (2) aumento da produtividade com a introdução de dispositivos no agronegócio; (3) ampliação dos serviços de saúde na área rural e atendimento mais resolutivo; e, (4) suprimento de lacunas na educação nas áreas rurais com ensino híbrido e com formação à distância de professores.

Com ponto de vista singular, Marques e Pinheiro (2011) apontam que a LGT e o papel da ANATEL contemplam uma motivação dualista que ora volta-se para a defesa dos interesses dos consumidores de serviços, ora privilegia os interesses do mercado com estímulo do investimento privado. Nesse discurso há o reconhecimento explícito que o benefício de uma dessas diretrizes traz, necessariamente, prejuízos à outra.

De acordo com Marcial (2015), quatro megatendências mundiais para 2030 são identificadas por organizações na dimensão ciência e tecnologia ao redor do mundo, que contribuirão para moldar o futuro: (1) aceleração do desenvolvimento tecnológico, cada vez mais integrado; (2) as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) continuarão modificando a natureza do trabalho, a estrutura de produção, de educação, de relação entre as pessoas; (3) crescimento dos investimentos em automação e robótica; e, (4) crescimento dos investimentos e aplicação no campo da nanotecnologia e biotecnologia.

Para Vaz (2016), não é mais possível falar apenas de políticas públicas. A entrada de um item como o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicações - TIC na agenda das políticas públicas, ao qual a sociedade requer atenção do Estado, supõe que o objeto da política pública resultante [ou a ausência desta] é fruto do jogo das distintas forças interessadas em seu objeto.

A expansão do acesso à Internet por segmentos de renda mais baixa, contrasta com os setores de maior renda que também ampliaram suas oportunidades de acesso, contribuindo para um quadro de desigualdade mais ampla e concentração de poder que embaraçam o desenvolvimento.

Vaz (2016) admite ainda que os limites de uma Política Pública de Acesso às Tecnologias tornam-se difíceis de demarcar, uma vez que os objetivos e iniciativas de promoção do acesso precisam ser articulados a uma série de políticas públicas, como desenvolvimento tecnológico; desenvolvimento econômico local, regional e nacional; inclusão social; telecomunicações e modernização da gestão pública, entre outras.

A configuração das políticas públicas, segundo Vaz (2016), em termos de estratégias

e instrumentos depende do desejo, seja para formar mão de obra, formar consumidores, ou então, para formar cidadãos informados e ativos politicamente para realizar transformações significativas na sociedade e no Estado.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regulação das telecomunicações envolve, entre outros, o desenvolvimento econômico nacional, o bem estar do consumidor e a sustentabilidade financeira das empresas que demandam tecnologia e competem entre elas.

Com destaque, a oferta atual de produtos e serviços diversificados pode ser atribuído aos agentes que desenharam o novo modelo de mercado por meio da união de esforços.

Ao mesmo tempo em que o setor das telecomunicações demonstra dinamismo e tecnologicamente sustentado, a concorrência estimulada por decisões políticas ainda encontra-se em expansão, haja vista a apresentação da mudança de estratégia com a operação baseada na prestação de multisserviços. Sobretudo, destaca-se a vigilância estatal sobre os serviços e as intervenções permanentes que se destinam a proteger o setor.

A nova lei SBDC apresentou um novo desenho institucional para a Defesa da Concorrência no Brasil, promovendo significativas mudanças estruturais nos órgãos responsáveis pela aplicação das normas de Defesa da Concorrência, tanto nos processos de análises de atos de concentração, quanto nos de investigação de condutas anticompetitivas. Tais alterações tiveram por objetivo principal minimizar os problemas referentes à lentidão e à burocracia dos processos, à análises desenvolvidas por mais de uma instituição e à notificação dos atos de concentração com efeitos pouco representativos no ambiente econômico.

Pode-se observar que os fatores como renda, desigualdade social, educação e geografia, são os mais relevantes para determinar o nível de penetração dos serviços de telecomunicações para atendimento nos municípios de baixa renda per capita e nas áreas rurais, em especial aqueles de valor mais elevado, como a banda larga e TV por assinatura.

Desse modo, o celeiro instalado que apresenta importante papel na economia nacional e depende das tecnologias se desenvolve a passos lentos, pois, as estruturas do setor das telecomunicações e dos órgãos de regulação impedem o fornecimento do nível desejado de bem estar à população por igual, afetando as transformações significativas na sociedade e no Estado.

Então, são necessários estudos em outras áreas para conseguir a ampliação e a massificação dos acessos, sejam por meio da educação, desenvolvimento tecnológico ou programas governamentais.

REFERÊNCIAS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU. **A nova lei do CADE**. Brasília-DF, AGU, 2012. n. 19, 162 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL. **Relatório anual Anatel 2017**. 96 p.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. II.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O.; VIAN, C. E. F. A emergência dos conselhos setoriais na agroindústria brasileira: gênese de uma governança mais ampla? **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, 2012. Vol. 50, nº. 1, p. 009 - 032, Jan./Mar. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/resr/v50n1/a01v50n1.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei de Defesa da Concorrência**. Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

_____. **Lei Geral de Telecomunicações (LGT)**. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

_____. **Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações**. Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997.

_____. **Lei de estruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)**. Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL - CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil 2007**. São Paulo: Cetic.br, 2008.

FAGUNDES, J. **Universalização da banda larga no Brasil**. Brasília: Anais Telesíntese, 2008.

FIORI, J. L. **Democracia e reformas: equívocos, obstáculos e disjuntivas**. Texto para discussão n. 262. Rio de Janeiro : IPEA, 1991.

GOMES, A. M. **Plano Nacional de Banda Larga - PNBL**. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/10496870/>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

GUERRA, S. (Org.). **Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2015. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 87 p.

MARCIAL, E. C. (Org.). **Megatendências mundiais 2030**. Brasília-DF: IPEA, 2015. Cap 3.

MARQUES, R. M.; PINHEIRO, M. M. K. Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.16, n.1, p.65-91, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/03/pdf_bd0e013e2e_0015363.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2019.

MELLO, M. T. L. **Notas sobre o Sistema de Defesa da Concorrência no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/ UERJ, 2001. Série Textos para Discussão nº 458.

_____. Defesa da Concorrência. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. 2ª ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Cap. 22.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - MCTIC. Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Internet e telefonia rural**. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/360150/>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

MOCELIN, D. G.; BARCELOS, R. L. G. Tecnologia, competitividade e regulação: a estruturação do mercado das telecomunicações no Brasil. **Caderno CRH, UFBA**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 409-432, dez. 2012. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 mar. 2019.

MORAES, A. (org.), *et. al.* **Agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2002.

NUNES, E. O., *et. al.* **Agências reguladoras e a reforma do estado no Brasil: inovação e continuidade no sistema político-institucional**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PEDRA, D. P. **Principais modificações e impactos para as agências reguladoras decorrentes da Lei n.º 12.529/2011**. Brasília: ANP, 2013.

PEREIRA FILHO, J. E. A Embratel: da era da intervenção ao tempo da competição. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 18, p. 33-47, jun. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n18/10701.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2019.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **Com nova lei, Cade diminui tempo de exame de atos de concentração**. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-jun-02/lei-cade-diminui-tempo-exame-atos-concentracao>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

VAZ, J. C. **O acesso à tecnologia como objeto de política pública: direitos, democracia, desenvolvimento e soberania nacional**. São Paulo: Cetic.br, 2016. p. 55-63. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptabilidade 113, 206, 207
Agroindústrias 28, 31, 34, 48, 52, 59, 69
Agronegócio 9, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 23, 24, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 84, 127
Amoreira-Preta 206, 207, 210, 211, 216, 217, 218, 219, 220
Anticorpos 176, 177, 178
Apicultor 125, 127, 129, 131, 132, 133

B

Bioenergia 181, 187
Bovinocultura 29, 53, 55, 110, 111, 112, 113, 119, 212
Brotação 102, 104, 105, 106, 107, 108, 220

C

Cianamida 102, 104, 107, 108
Cobertura do Solo 189, 195, 196, 197, 198, 200, 208
Conservação 15, 64, 66, 67, 70, 112, 113, 114, 117
Crotalaria 230

D

Desenvolvimento Territorial Rural 25, 36
Didática 136, 140, 141
Dormência 102, 103, 106, 108, 109, 220

E

Energias Renováveis 181
Exportação 21, 84, 125, 126, 127, 128, 129

F

Frigoríficos 213, 214

H

Heterodera Glycines 221, 222, 223, 224, 228, 229
Hortaliças 52, 57, 189, 191, 196, 197, 198

M

Mel 30, 34, 54, 57, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135
Melhoramento Genético 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 146, 218
Monocrotalina 221, 222, 224, 226, 227, 229

N

Nanopartículas 157, 158, 159, 162, 183
Nematoides 222, 223, 225, 226, 229

P

Patologia 180, 212, 213, 214

Planejamento 5, 30, 31, 32, 73, 87, 88, 125, 128, 131, 133, 134, 141, 231

Polifenóis 148

Políticas Públicas 1, 2, 9, 26, 27, 30, 38, 39, 49, 59, 61, 110, 114, 115, 118

Preservação 47, 49, 51, 52, 54, 56, 58, 63, 64, 69, 70, 112, 113, 114, 191, 199

Produtos Florestais 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23

Progesterona 201, 202, 203, 204

R

Resina 136, 137, 138, 139, 140

S

Suínos 49, 52, 143, 144, 145, 146, 221

Superovulação 201, 203

Sustentabilidade 2, 10, 13, 14, 15, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 99, 110, 113, 114, 117, 118, 119, 125, 128, 134, 181, 199, 231

T

Telecomunicações 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

V

Viabilidade 32, 118, 125, 128, 134, 164, 174, 175


X


Xantinas 148



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Resultados Econômicos e de Sustentabilidade nos Sistemas nas Ciências Agrárias


Atena
Editora


Ano 2020



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Resultados Econômicos e de Sustentabilidade nos Sistemas nas Ciências Agrárias

**Atena**
Editora

Ano 2020